

**ATA DA OCTOGÉSIMA QUARTA SESSÃO ORDINÁRIA DA TERCEIRA SESSÃO
LEGISLATIVA DA DÉCIMA SEGUNDA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

Aos dezoito dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e cinco, às nove horas e trinta e três minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Gerson Claro e secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a lista de presença e constatada a existência de número legal, foi aberta a presente Sessão Ordinária.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Bom dia, senhoras e senhores. Havendo número legal, declaro aberta a presente Sessão Ordinária. **PEQUENO EXPEDIENTE**. Com a palavra, o senhor segundo-secretário, deputado Pedro Kemp, para a leitura da ata da sessão anterior.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Bom dia, senhor presidente, senhores deputados, deputadas, Coronel David, Paulo Duarte, Neno Razuk, Zeca do PT, João Henrique, Renato Câmara, Paulo Corrêa, público presente e todos aqueles que nos acompanham pela TV e Rádio ALEMS. *“Ata da Octogésima Terceira Sessão Ordinária da Terceira Sessão Legislativa da Décima Segunda Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul – Estado do Pantanal. Aos dezessete dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e cinco, às nove horas e quarenta e seis minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Gerson Claro e secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a presença dos deputados e constatada a existência de número legal, foi aberta a Sessão Ordinária. PEQUENO EXPEDIENTE – Lida e aprovada a Ata de número Noventa e Sete da Octogésima Segunda Sessão Ordinária. Pelo senhor primeiro-secretário foram lidos os seguintes expedientes: Ofício nº 63/2025, do Ministério da Agricultura e Pecuária; e-mail de Luís Lima; Ofício nº 1.141/2025, da Agência Municipal de Habitação e Assuntos Fundiários de Campo Grande. SEGUNDA PARTE DO PEQUENO EXPEDIENTE – Usaram da palavra os deputados Paulo Corrêa, Mara Caseiro, Caravina, Zeca do PT, Lia Nogueira, Professor Rinaldo, Zé Teixeira, Gleice Jane e Junior Mochi. Sobre a mesa, proposições apresentadas pelos deputados Antonio Vaz, Roberto Hashioka, Professor Rinaldo, Jamilson Name e Marcio Fernandes. GRANDE EXPEDIENTE – Usaram da palavra os deputados Mara Caseiro e Zé Teixeira. ORDEM DO DIA – Foi aprovado, em redação final e votação nominal, o Projeto de Lei nº 79/2025, de autoria do deputado Paulo Duarte. Foram aprovadas, em discussão única e votação nominal, as seguintes proposições: Projeto de Resolução nº 16/2025, de autoria do deputado Paulo Corrêa; Projeto de Resolução nº 26/2025, de autoria do deputado Caravina. Foram aprovadas, em primeira discussão e votação nominal, as seguintes proposições: Projeto de Lei Complementar nº 5/2025, de autoria do Poder Executivo; Projeto de Lei nº 237/2025, de autoria do Poder Executivo. Foram aprovadas, em discussão única e votação simbólica, as seguintes proposições: requerimento de moção de pesar, de autoria do deputado Pedrossian Neto, endereçada aos familiares de Aldivino Flávio de Macedo; requerimento de moção de pesar, de autoria do deputado Paulo Duarte, endereçada aos familiares de André Luiz Monteiro Aguirres; requerimento de moção de congratulação, de autoria da deputada Gleice Jane, endereçada a Gualoy KG, Marcus Teles, Michele Kaiowá, bem como a toda a equipe envolvida na produção do curta-metragem Hendy’a Rapykwere, pela relevância cultural, histórica e social dessa obra cinematográfica; requerimento de moção de congratulação, de autoria da deputada Gleice Jane, endereçada à Arlane Jorge João e*

*Luanna Maria R. Mafra Siqueira, autoras dos curtas-metragens premiados na Quinta Mostra Audiovisual do Museu da Pessoa – Vidas Indígenas, realizada em São Paulo; requerimento de moção de congratulação, de autoria da deputada Gleice Jane, endereçada à equipe responsável pela organização e realização da abertura do espetáculo da artista Liniker, no projeto MS Ao Vivo, no Parque das Nações Indígenas, em Campo Grande; requerimento de moção de congratulação, de autoria da deputada Gleice Jane, endereçada à Escola Estadual de Tempo Integral Professora Neyder Suelly Costa Vieira, pela realização da Feira de Profissões – Profissões em Foco: Construa sua História, promovida em parceria com a Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul; requerimento de moção de congratulação, de autoria da Casa, endereçada à prefeitura municipal de São Gabriel do Oeste, na pessoa do prefeito, senhor Leocir Montanha, pela realização da Vigésima Nona Edição da Festa do Leitão no Rolete, evento que se tornou marca registrada no município e referência cultural e turística no Estado de Mato Grosso do Sul; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Paulo Corrêa, endereçada ao senhor Peter C. Huijsmans, patrão do Clube do Laço Atacama, ao prefeito de Maracaju, senhor Marcos Calderan e aos vereadores Renner Barbosa e Joãozinho Rocha, além de outras lideranças locais, pela realização do Primeiro Encontro de Laço Solidário, em prol do Hospital Municipal Soriano Corrêa da Silva, na cidade de Maracaju; requerimento de moção de congratulação, de autoria da Casa, pela reeleição da diretoria da Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul (Famasul), para gestão 2025-2029 — nas pessoas dos senhores: Marcelo Bertoni, presidente; dos produtores rurais Mauricio Saito, de Itaporã, como vice-presidente; Frederico Stella, de Aquidauana, como diretor-tesoureiro; e Fábio Olegário Caminha, de Maracaju, como diretor-secretário —; requerimento de moção de congratulação, de autoria dos deputados Paulo Duarte, endereçada ao grupo de balé do projeto Asas do Futuro, extensiva a todas as bailarinas e à diretoria do projeto; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Roberto Hashioka, endereçada ao senhor Osvaldo Rodrigues Junior, conhecido como Locutor R. Júnior, pela realização do Churrasco Dançante, ocorrido na Colônia Paraguaia, em Campo Grande; requerimento de moção de congratulação, de autoria da deputada Lia Nogueira, endereçada aos militares do Corpo de Bombeiros Militar de Mato Grosso do Sul: segundo-sargento BM Edenilson Longhini Pereira, terceiro-sargento BM Bruno Pacito Costa Pinto, cabo BM Sérgio Costa Pinto Júnior e cabo BM Roger da Silva Rocha, pelo ato de bravura e profissionalismo na atuação em ocorrência de incêndio de alta complexidade em Dourados; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Roberto Hashioka, endereçada ao Conselho Regional de Administração do Estado de Mato Grosso do Sul (CRA/MS), representado pelo presidente, senhor Marcelo Gomes Soares, em comemoração ao Jubileu de Diamante da Regulamentação da Profissão de Administração no Brasil; requerimento de moção de congratulação, de autoria da deputada Gleice Jane, endereçada ao novo presidente do Diretório Municipal do Partido dos Trabalhadores (PT) de Rio Brilhante, Mato Grosso do Sul, Vitor Hugo Alegre, o mais jovem presidente eleito do Diretório Municipal do PT em Mato Grosso do Sul e o segundo mais jovem a ocupar o mesmo cargo no Brasil; requerimento, de autoria do deputado Renato Câmara, solicitando o uso da tribuna na sessão plenária, pelo doutor Ramon Moraes Penha, para falar sobre o Panorama da Pessoa Idosa em Mato Grosso do Sul, em comemoração ao Dia Nacional e Internacional da Pessoa Idosa; requerimento, de autoria do deputado Renato Câmara, solicitando o uso da tribuna pelo doutor Gustavo Alves Rapassi, médico cirurgião do aparelho digestivo e especialista em Transplante de Fígado, para abordar os temas Doação de Órgãos e Tecidos e Transplante de Fígado, em alusão à Semana Estadual de Doação de Órgãos e Tecidos (Setembro Verde); requerimentos de informações, de autoria da deputada Gleice Jane; indicações, de autoria dos deputados Renato Câmara, Caravina, Paulo Duarte, Lidio Lopes, Lia Nogueira, Jamilson Name, Marcio Fernandes, Zé Teixeira, Gleice Jane, Professor Rinaldo, Lucas de Lima, Mara Caseiro, Roberto Hashioka, Junior Mochi e Pedro Kemp. **EXPLICAÇÕES PESSOAIS** – Não*

houve oradores inscritos. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a presente Sessão e, para constar, mandou lavrar a presente Ata da Sessão Ordinária que, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada. Plenário Deputado Júlio Maia, dezessete de setembro do ano de dois mil e vinte e cinco”. Senhor presidente, foi lida a ata.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Em discussão a ata que acaba de ser lida. Não havendo quem queira impugná-la, dou-a por aprovada. Com a palavra, o senhor primeiro-secretário, deputado Paulo Corrêa, para a leitura do expediente.

PRIMEIRO-SECRETÁRIO (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Senhor presidente, senhores deputados e deputadas, bom dia. Senhor presidente, não há expediente a ser lido.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Passemos à **Segunda Parte** do Pequeno Expediente. Pela ordem de inscrição, com a palavra, o deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Senhor presidente, peço permissão para fazer a leitura daqui, da Mesa Diretora. Indico à Mesa, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Paulo da Silva, diretor-presidente da Agência Municipal de Transporte e Trânsito (Agetran), solicitando estudos para implementar uma linha de ônibus para atender os altos da avenida Afonso Pena, especialmente o Bioparque Pantanal. Essa demanda veio da parte da população campo-grandense que se utiliza de transporte público e encontra dificuldades para chegar ao Parque das Nações Indígenas. De acordo com os relatos, o ponto de ônibus mais próximo está localizado em frente ao Shopping Campo Grande, o que dificulta o acesso ao local. E a situação fica ainda mais delicada quando analisamos a situação de pessoas com deficiência. Recentemente, a Funtrab promoveu o Dia D da Empregabilidade para Pessoas com Deficiência no Bioparque Pantanal, o que levantou um debate acerca da dificuldade que as pessoas com deficiência que utilizam o transporte público enfrentam para chegar ao local. Dessa forma, tendo em vista ser o bioparque e o Parque das Nações Indígenas dois dos principais pontos de lazer de Campo Grande, solicitamos estudos urgentes no sentido de implementar uma linha de ônibus, com veículos adaptados, assegurando que toda população tenha acesso às atividades realizadas na região. Era o que tinha, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Coronel Davi.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Bom dia, senhor presidente e nobres pares. Tenho uma indicação endereçada ao governador Eduardo Riedel, com cópia ao secretário Antonio Carlos Videira, solicitando a adoção de providências necessárias para majoração do valor pago a título de verba indenizatória aos policiais civis, prevista no artigo 4º do Decreto nº 1.669, de 11 de setembro de 2025. Fui procurado pelo presidente do Sindicato dos Policiais Civis, o Sobrinho, que nos solicitou que fizéssemos gestão junto ao Governo do Estado, a fim de majorar uma verba indenizatória de duzentos reais, que será

paga aos policiais civis que estiverem fazendo plantão nas Delegacias de Atendimento à Mulher, por conta dos inúmeros processos, inquéritos que ocorrem nesses locais. Há um desejo do governador Eduardo Riedel e desta Casa de que nós, realmente, melhoremos o atendimento. Que as mulheres tenham o atendimento devido e acho muito importante o governador Eduardo Riedel traçar uma estratégia que valorize o trabalho dos policiais civis e majore esse valor. É um valor que nós julgamos não ser o mais adequado, devido ao grande trabalho que vai ser desenvolvido pelos policiais civis. Outra indicação ao governador Eduardo Riedel, com cópia ao secretário Antonio Carlos Videira, da Secretaria de Justiça e Segurança Pública, ao comandante-geral da PM, Renato dos Anjos Garnes, ao comandante-geral do Corpo de Bombeiros, Frederico Reis Pouso Salas, solicitando, mais uma vez, estudos e implementação do chamado regime especial de trabalho destinado aos militares do Estado de Mato Grosso do Sul. Deputado Paulo Corrêa, infelizmente, uma parte dos policiais militares e bombeiros militares, nos seus momentos de folga, acabam desempenhando atividades, de forma particular, na área da segurança pública, o que para as instituições é muito ruim, porque expõe o policial e o bombeiro aos perigos e eles não têm a devida proteção do Estado, não vão estar com o armamento do Estado, com a devida proteção institucional. Sugerimos que fosse adotado o regime especial de trabalho, para que o próprio Estado possa encaminhar uma indenização aos policiais militares e bombeiros militares, com a finalidade de reforçar as atividades de policiamento da Polícia Militar e também do Corpo de Bombeiros Militar de prevenção, busca e salvamento nos momentos em que a segurança pública mais precisa. Renovo esse pedido ao senhor governador e, ao mesmo tempo, peço aos nobres pares e à Mesa Diretora o apoio a essa indicação. Muito obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Renato Câmara.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado João Henrique.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Acho extremamente importante e oportuna essa fala. Eles necessitam de um complemento, já que ficam impedidos, no horário de folga, de prestar outra atividade, de exercer, de complementar sua renda. Então, se isso for vedado, cabe ao Estado impor um auxílio, como outros estados já o fizeram. Protocolamos um projeto de lei nesse sentido, para que o Estado — caso proíba que os militares complementem, de maneira legal e lícita a sua renda — institua o auxílio. Das duas, uma. O que não podemos é ter a polícia subvalorizada, quando poderia potencializar, complementar a renda de toda a tropa. Então, convido Vossa Excelência, caso queira se somar, para que esse projeto ganhe força e amplitude dentro desta Casa e possa ser aprovado. Senhor presidente, gostaria apenas de pedir a reinclusão de requerimentos de informações: Requerimento nº 2.641/2025, Requerimento nº 3.130/2025 e Requerimento nº 3.131/2015, no prazo regimental, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Renato Câmara.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Peço permissão, senhor presidente, para ler minhas indicações daqui. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais desta Casa e após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao excelentíssimo senhor Gilberto Walter Júnior, presidente do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), solicitando a adoção de medidas urgentes para reestruturação da unidade do INSS, com foco na retomada das perícias médicas e no aumento do quadro de servidores no município de São Gabriel do Oeste. Esse é um pleito da Terceira Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, na qual os representantes da Conferência dos Idosos fizeram essa solicitação. São Gabriel do Oeste não consegue mais ter perícias, o que tem provocado um colapso no sistema da cidade, sendo necessário e urgente que se retome os trabalhos o mais rápido possível, para que se possa dar dignidade às pessoas idosas. Como presidente da Frente Parlamentar em Defesa do Direito das Pessoas Idosas, estamos encaminhando essa solicitação com várias justificativas anexas, para que o município de São Gabriel do Oeste possa restabelecer todas as ações do INSS, como as perícias. Era o que tinha, senhor presidente. Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Renato Câmara.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Gostaria de fazer um convite aos deputados. Neste domingo, vamos iniciar, como parte dos eventos da Semana Estadual de Doação de Órgãos e Tecidos, a caminhada "Passos pela Vida", que vai acontecer nos altos da Afonso Pena, às 8h. Já conta com mais de mil inscritos, é uma caminhada importante de conscientização que leva informação e há várias instituições participando desse movimento que tem dado muito resultado e aumentado as doações de órgãos e tecidos. É a segunda caminhada [de conscientização referente à doação] de órgãos e tecidos em nosso estado, que é uma ação do Setembro Verde. Então, convido todos os nobres colegas, a partir das 8h, para essa caminhada.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Zé Teixeira.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Pela ordem, senhor presidente!

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Pela ordem, o deputado Coronel David.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Apenas para registrar a presença do Sobrinho, presidente do Sindicato dos Policiais Cíveis, que nos solicitou essa intervenção junto ao Governo do Estado e renova o pedido para que — principalmente a Mesa Diretora,

o senhor presidente, o vice, o nosso primeiro-secretário e os demais deputados — nos ajudem a buscar essa valorização dos policiais civis.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Zé Teixeira.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Senhor presidente, quero apresentar uma indicação ao senhor Rodrigo Peres Ramos, com cópia ao senhor secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública, senhor Antonio Carlos Videira, e ao diretor-presidente do Departamento Estadual de Trânsito, senhor Rudel Espindola Trindade Junior, solicitando, em caráter reiterativo, a instalação de redutores de velocidade na MS-488, no segmento da rodovia entre o KM 19 e KM 20, na comunidade ribeirinha da Colônia de Pescadores Z16, localizada no Porto Santo Antônio, no município de Itaquiraí.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Paulo Corrêa.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Peço licença para fazer a indicação daqui, senhor presidente. Indico à Mesa, na forma regimental e após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador Eduardo Riedel, com cópia ao senhor Guilherme Alcântara, secretário de Estado de Infraestrutura e Logística, e ao senhor Eduardo Mendes, diretor-presidente da Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul, solicitando destinação de recursos para revitalização, reforma total do Museu de Arte Contemporânea de Mato Grosso do Sul (Marco) no Parque das Nações Indígenas, a fim de garantir a maior acesso à arte e aos bens culturais, posicionando-se como importante centro de formação e fomento cultural do Estado de Mato Grosso do Sul. Senhor presidente, pela ordem! Ontem, Vossa Excelência estava ciente de que temos uma reunião com o presidente da Fundação de Cultura, Eduardo Mendes, e com toda a classe artística do Estado de Mato Grosso do Sul, que pede essa revitalização do Marco, que é uma referência cultural para o estado. Então, gostaria de entregar essa indicação hoje, pedindo aos nobres pares que se somassem comigo, para garantirmos recursos no Orçamento Geral do Estado, em forma de emenda para o ano que vem, para revitalizarmos o Marco. Obrigado, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Zeca do PT.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Senhor presidente, antes de fazer a leitura da minha indicação, quero comunicar a Vossa Excelência que, aproximadamente quinze dias atrás, solicitei uma audiência com a assessoria do governador do estado, que está marcada para hoje, às 11h, com lideranças importantes do assentamento da Fazenda Itamarati. A famosa Itamarati! Comunico que, nesse horário, estarei lá dialogando em torno dos interesses dos trabalhadores rurais assentados e — por que, não? — dos interesses do Governo do Estado. Feita essa ponderação, apresento uma indicação ao governador do

estado, Eduardo Riedel, com cópia ao senhor secretário de Estado de Infraestrutura e Logística, Guilherme Alcântara, e ao diretor-presidente da Agesul, Mauro Azambuja Rondon, solicitando a realização, com urgência, de obras de recapeamento da pista e acostamento das rodovias MS-295 e MS-156, no trecho que interliga os municípios de Eldorado e Amambai. A presente indicação tem base em pedidos enviados a este gabinete por moradores e agricultores dos municípios de Eldorado, Iguatemi, Tacuru e Amambai, interligados pelas rodovias acima, que aduzem sobre a precariedade em diversos pontos das pistas, gerando dificuldade para o escoamento da produção da Agricultura Familiar, aumentando o risco de acidentes. É isso, senhor presidente. Muito obrigado!

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Com a palavra, o deputado Caravina.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Bom dia, senhor presidente, colegas parlamentares, senhores assistentes, público presente e todos que nos acompanham pela TV Alems e Radio Alems. Trago uma indicação e uma moção de pesar. Indico à Mesa, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente ao secretário de Estado de Infraestrutura e Logística, Guilherme Alcântara, e ao prefeito do município de Rio Negro, Henrique Mitsuo Vargas Ezoe, solicitando a realização de estudo ambiental e a execução de obras emergenciais para recuperação da estrada vicinal localizada na região da “Passagem do Senhor Ademar de Matos”, no município de Rio Negro, a qual se encontra intransitável em razão da grande erosão causada por um braço do rio do Peixe. Esse é um pedido que veio dos vereadores de Rio Negro, Evaldo Paes e Anair Oliveira, que enviaram fotos dessa estrada vicinal, importante para escoar a produção do município e de interesse dos moradores da região. Pediram que intercedêssemos junto ao prefeito, mas, com o apoio do Governo do Estado. Temos em Rio Negro, a competente regional da Agesul, que tem condições de fazer esse apoio para recuperação dessa estrada vicinal. Tem que ser feito um estudo antes e ver qual é o melhor caminho para resolver esse problema. Apresento uma moção de pesar aos familiares e amigos de Lucas Gabriel Moura Arantes Pereira, pelo seu falecimento ocorrido no dia 16 de setembro de 2025, aos vinte e cinco anos de idade, em Bataguassu. Se aprovada, a presente moção poderá ser redigida e encaminhada da seguinte forma: "A Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul, legítima representante da população sul-mato-grossense, por proposição do deputado Caravina, vem consignar seus votos de profundo pesar pelo falecimento do jovem Lucas Gabriel Moura Arantes Pereira, ocorrido em Bataguassu, no último dia 16 de setembro. Natural de Promissão, Estado de São Paulo, Lucas Gabriel havia se mudado recentemente para Bataguassu, onde trabalhava em frigorífico local e era reconhecido pelo empenho, alegria e dedicação ao convívio com amigos, colegas de trabalho e à igreja que frequentava. Neste momento de dor, o Parlamento sul-mato-grossense presta solidariedade aos familiares e amigos enlutados com a perda prematura do jovem Lucas Gabriel. Que Deus conforte os corações e que a lembrança de sua vida siga como inspiração de fé e esperança para todos". Esse jovem de vinte e cinco anos faleceu durante um treinamento em uma academia, o que causou uma comoção muito grande no município. Muita gente consternada com essa morte, de um jovem de vinte e cinco anos — muito conhecido na cidade,

funcionário de um frigorífico que é o maior empregador local — que, fazendo seu treinamento de academia, sofreu um infarto fulminante. Então, essa moção vai para os familiares, para os amigos, para a população de Bataguassu que se sentiu muito entristecida com o falecimento do Lucas Gabriel. Senhor presidente, era só. Obrigado!

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Muito bom! Com a palavra, o deputado Professor Rinaldo.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Bom dia, deputado Renato Câmara, todos os colegas deputados, deputada Gleice Jane, todos os senhores e senhoras que prestigiam esta Sessão e os que nos acompanham através da TV e da Rádio Assembleia. Quero, senhor presidente, apresentar umas doze indicações, todas elas ao Governo do Estado, com cópia ao secretário de Segurança Pública, Antonio Carlos Videira, solicitando a possibilidade de disponibilizar novas viaturas para o reforço estrutural das Polícias Civil e Militar, localizadas nestas cidades: Sonora, Cassilândia, Naviraí, Terenos, Aquidauana, Chapadão do Sul, Maracaju, Caracol e Sonora. Requeiro à Mesa, após ouvido o colendo Plenário e obedecido os requisitos regimentais, que seja autorizada a reserva do Plenário Deputado Júlio Maia no dia 15 de dezembro do corrente ano, às 19h, para a realização de uma Sessão Solene para Entrega da Medalha e do Diploma de Honra ao Mérito Legislativo Arquiteto Urbanista Celso Costa, visando homenagear as pessoas físicas e jurídicas que se destacaram na profissão de arquiteto e urbanista, conforme a Resolução nº 002/2025. Solicito autorização de toda infraestrutura desta Casa de Leis, do seu material humano e também da parte técnica, de televisão, rádio, para que possamos homenagear esses homens e mulheres que ajudaram a construir a arquitetura da nossa capital e do nosso estado. Lembrando que esse grande homem, professor universitário, ex-vereador de Campo Grande, Celso Costa, deixou um legado de grandes exemplos a serem seguidos, principalmente para classe e para os discentes de Arquitetura de Mato Grosso do Sul. Era o que tinha, senhor presidente. Muito obrigado.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Com a palavra, deputada Gleice Jane.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Bom dia, presidente, nobres colegas e público que nos assiste. Vim apresentar uma moção de congratulação ao Instituto Curumins, ao Instituto Imolé, ao Governo Federal e ao Ministério da Cultura pela realização da Primeira Edição da Bienal Pantanal, a Primeira Bienal do Livro de Mato Grosso do Sul, que ocorrerá dos dias 4 a 12 de outubro de 2025 em Campo Grande. A bienal fortalece a Lei 6.156, de 11 de dezembro de 2023, de minha autoria, sobre a instituição da Semana Estadual do Livro, Leitura e Biblioteca no Estado do Mato Grosso do Sul, e dá outras providências. Ao ser comemorada anualmente na última semana do mês de outubro no Estado do Mato Grosso do Sul, o objetivo é promover a valorização do livro, da leitura e das bibliotecas como instrumentos de desenvolvimento social e humano. Incentivo à leitura, como feiras de livros, palestras, contação de histórias, concursos literários, entre outros; estimular a visitação às bibliotecas públicas, incentivando a utilização de seus acervos; divulgar obras de autores

sul-mato-grossenses, valorizando a produção literária do estado... Então, fica aqui a nossa moção de congratulação e a necessidade de incentivarmos, cada vez mais, a leitura para a juventude, para a população, porque entendemos que isso é fundamental para o desenvolvimento da educação e do Estado de Mato Grosso do Sul. Obrigada.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Não havendo mais oradores inscritos, declaro encerrada o Pequeno Expediente. Protocolos referentes às proposições apresentadas (*De autoria do deputado Coronel David: duas moções de congratulação (Prot. nºs 3478/2025, 03479/2025). De autoria do deputado João Henrique: um projeto de lei (Prot. nº 3487/2025). De autoria do deputado Caravina: duas moções de pesar (Prot. nºs 3493/2025, 3492/2025). De autoria do deputado Junior Mochi: um requerimento (Prot. nº 03495/2025); uma moção de congratulação (Prot. nº 03496/2025); uma moção de pesar (Prot. nº 03494/2025). De autoria da deputada Lia Nogueira: duas indicações (Prot. nºs 3482/2025, 03481/2025); um requerimento (Prot. nº 3480/2025). De autoria do deputado Lidio Lopes: uma indicação (Prot. nº 03380/2025). De autoria do deputado Marcio Fernandes: uma moção de aplauso (Prot. nº 03486/2025). De autoria do deputado Neno Razuk: uma indicação (Prot. nº 03500/2025). De autoria do deputado Paulo Corrêa: duas indicações (Prot. nºs 3484/2025, 03485/2025); três moções de congratulação (Prot. nºs 3474/2025, 3476/2025, 3499/2025); um projeto de resolução (Prot. nº 03477/2025). De autoria do deputado Pedro Kemp: três indicações (Prot. nºs 03497/2025, 03466/2025, 03465/2025). De autoria do deputado Pedrossian Neto: um projeto de lei (Prot. nº 03488/2025). De autoria do deputado Paulo Duarte: uma moção de congratulação (Prot. nº 03498/2025). De autoria do deputado Renato Câmara: um projeto de resolução (Prot. nº 03506/2025). De autoria do deputado Zé Teixeira: uma indicação (Prot. nº 03483/2025). De autoria do deputado do Zeca do PT: duas indicações (Prot. nºs 03489/2025, 03490/2025).). Passemos ao **GRANDE EXPEDIENTE**. Com a palavra, o deputado Paulo Duarte. Transferida. Com a palavra, a deputada Gleice Jane.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Presidente, o deputado Zé Teixeira pediu inversão, ele quer utilizar... Então, vou ceder a inversão para ele fazer uso da palavra. Obrigada.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Com a palavra, o deputado Zé Teixeira. Vossa Excelência dispõe de trinta minutos.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — (sem revisão do orador) — Em primeiro lugar, agradeço à colega Gleice por ter cedido sua vez para que eu pudesse trazer uma explicação que considero de grande relevância. O que me traz a esta Casa é uma preocupação que venho observando: o mundo tornou-se cada vez mais tecnológico e a Secretaria de Fazenda informatizou todos os procedimentos. Hoje, um pequeno sitiante, especialmente os assentados, enfrenta inúmeras dificuldades para acessar o sistema e-SAP e realizar sua inscrição. As exigências são excessivas. Muitos não dispõem de internet, e mesmo quando possuem, não sabem utilizá-la adequadamente. São obrigados a se deslocar até a cidade e, ainda assim, deparam-se com uma lista extensa de documentos.

Ontem, estive na Secretaria de Fazenda relatando essa situação. Com a informatização, diversas exatorias têm sido fechadas, o que agrava ainda mais os problemas enfrentados pelos pequenos produtores. Tenho solicitado ao governador Riedel e ao secretário de Fazenda que mantenham abertas as exatorias em municípios com forte presença de assentamentos rurais, como Rio Brilhante, Sidrolândia, Itaquiraí e tantos outros. É fundamental que as pessoas assentadas tenham condições de comparecer a uma exatoria para regularizar sua inscrição. Pergunto: por que é possível abrir uma inscrição com contratos de parceria pecuária, arrendamento, comodato ou compra e venda, mas não se permite fazê-lo com o contrato emitido pela União que garante a condição de assentado? Ontem, em Itaporã, deparei-me com um caso emblemático. Trata-se de uma fazenda de seiscentos e trinta hectares que, após inventário, foi fracionada e vendida em diversas partes, formando um condomínio. Cada proprietário possui seu quinhão, com estrutura e georreferenciamento individualizados. O que não existe é o condomínio formalizado. Ainda assim, essas pessoas querem abrir inscrição para sair da informalidade, pagar impostos e contribuir para que o estado tenha estatísticas reais do rebanho. Hoje, estima-se que mais de um milhão de cabeças de gado estejam na informalidade, justamente pela dificuldade de abertura de inscrições. Defendo que o pequeno produtor possa formalizar sua situação pela via digital, mas, sobretudo, que tenha o apoio direto da exatoria. O exator deve auxiliá-lo no processo, já que muitos não possuem conhecimento técnico. As exigências atuais, no entanto, tornam-se inviáveis. Cito o exemplo dos condomínios: se o produtor já tem seu quinhão definido, por que exigir o georreferenciamento dos seiscentos e trinta hectares totais? Isso é impossível de ser providenciado de forma individual, pois depende da adesão de dezenas de coproprietários. Expliquei essa situação ao doutor Jean, que é sempre atencioso e prestativo. Ainda assim, acredito que o Governo do Estado precisa oferecer condições adequadas ao pequeno produtor nas exatorias. A inscrição pode até ser feita via internet, mas é o exator local quem deve realizá-la. Caso contrário, o produtor será obrigado a recorrer a contadores, sem ter recursos para pagar esse serviço. Muitos possuem apenas dez ou quinze cabeças de gado, que sequer declaram, e não têm acesso à escrituração contábil. Por isso, uso esta tribuna: diariamente recebo pedidos de pequenos produtores que enfrentam essa realidade e necessitam de uma solução. Em Rio Brilhante, tenho um amigo, conhecido como Neguinho Domador. Ele possui cento e oitenta hectares de terra às margens do rio Brilhante [trecho inaudível]. Após o falecimento do pai, a área tornou-se um condomínio. Uma das herdeiras arrendou a parte dela para ele, que hoje mantém cerca de trezentas cabeças de gado. No entanto, não consegue abrir sua inscrição porque exigem dele o georreferenciamento, documento que deveria ser apresentado pelo proprietário. Se o produtor tem um contrato de arrendamento ou de parceria pecuária, não deveria ser obrigado a fornecer documentação adicional, apenas abrir a inscrição. Ainda mais no caso dos pequenos produtores. Esse amigo, por exemplo, atualmente possui duzentas e quarenta cabeças de gado. Mesmo sem a obrigatoriedade da vacina, não consegue comercializar os animais, pois não obtém a inscrição, porque uma das herdeiras arrendou para ele somente a parte dela, que é só um varjão. Falaram: "Não, tem que fazer um mapa, trazer para cá..." Ela está arrendando 25% do que é dela! A exigência do georreferenciamento é descabida: quem arrenda parte de uma propriedade não tem como providenciar o mapa completo da área, isso é obrigação do dono. O que trava o estado são

justamente essas exigências. Para abrir a inscrição, o produtor precisa acessar o sistema chamado e-SAP, mas, como um pequeno sitiante de regiões afastadas — como os de Bataguassu, os de Casa Verde, os da Teijin — poderá lidar com isso? É um sistema complexo. O máximo que conseguem é procurar um contador, mas, quem tinha que recebê-los é um exator. Quando o produtor tem o título de assentado, ele já é proprietário daquela área. Como, então, exigir que ele providencie o georreferenciamento de grandes extensões, como os dez mil hectares da Teijin? O Incra não realiza nem custeia esse processo. Ora, se já existe o contrato de assentamento, de cessão ou de arrendamento, isso deveria ser suficiente para abrir a inscrição. Hoje, em Mato Grosso do Sul, a informatização da Secretaria de Fazenda tornou extremamente difícil para o pequeno produtor sair da informalidade. Ele simplesmente não consegue abrir a inscrição. Na minha visão, o Governo precisa facilitar esse processo. Se isso ocorrer, o rebanho oficialmente registrado no estado poderá aumentar em mais de um milhão de cabeças, já que grande parte permanece na informalidade, nos assentamentos. Cito, novamente, o exemplo do meu amigo, às margens do rio Brilhante. Ele possui trezentas cabeças, mas não consegue se regularizar porque exigem que providencie o georreferenciamento — algo inviável para quem não é o proprietário...

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Conceda-me um aparte, nobre deputado?

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Com prazer.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Ouvi atentamente sua fala. Será que não está na hora de convidarmos o secretário de Fazenda para uma reunião ou irmos até ele? Precisamos sugerir que a obrigação de apresentar o georreferenciamento seja do proprietário, não do arrendatário. Quem arrenda está apenas utilizando uma parte da terra e não pode assumir essa responsabilidade. Essa medida tiraria muitos produtores da informalidade. Coloco-me ao seu lado, nobre deputado, e proponho que marquemos essa reunião na Secretaria de Fazenda, pois a questão é fundamental para os pequenos e médios produtores.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Agradeço o aparte de Vossa Excelência. Tenho conversado com frequência com o secretário adjunto, doutor Jean, pessoa esclarecida e atenciosa. No entanto, o problema é o sistema, que favorece o grande produtor. O grande tem contador, emite notas, acessa à internet e não depende da exatária. Já o pequeno não possui esses recursos: não tem senha, não tem contador e vive de vinte ou trinta cabeças de gado no assentamento. Recordo que, anos atrás, aprovamos uma lei nesta Casa permitindo que produtores com até cinquenta cabeças de gado abrissem inscrição sem comprovação de origem. Isso porque, na prática, o pequeno muitas vezes compra alguns animais do patrão ou do vizinho, que acaba emitindo a nota. O problema é que, depois, a Receita multa quem emitiu, gerando confusão. Portanto, o alerta que faço nesta tribuna é justamente sobre o sistema atual, pensado para grandes produtores, que deixa os pequenos completamente à margem. Entendo que o discurso que eu estou fazendo

é de alerta, deputado Zeca do PT, que foi governador. A dificuldade dos assentados é muito grande, é muito difícil. O Estado deveria criar uma forma de o pequeno produtor fazer a inscrição dele com o contrato de assentado, com contrato de aluguel, com contrato de compra e venda, sem tantas exigências como o Cadastro Ambiental Rural (CAR), de GEO, porque os assentamentos não são individuais, são da gleba inteira. Se Vossa Excelência for ao assentamento Itamarati, como que arruma o GEO da Itamarati se o GEO é o único da área inteira? Não tem o GEO de cada um dos proprietários, que estão tendo uma dificuldade muito grande. Ontem, estive na Secretaria da Fazenda e tive uma conversa boa...

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Deputado Zé Teixeira, vossa excelência me permite um aparte?

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Com o maior prazer.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Acho extremamente oportuno o seu pronunciamento. Ontem, propus, como presidente da Comissão Permanente da Agricultura Familiar, uma audiência — já reservamos o Plenarinho para o dia 10 de outubro — com todos os superintendentes, os gerentes gerais do sistema financeiro que operam o financiamento do Pronaf, do financiamento da Agricultura Familiar. Essa documentação também é muito pertinente e estamos, em princípio, convidando; não estamos convocando. Estamos convidando a superintendência do Banco do Brasil, da Caixa Econômica e das cooperativas que, de acordo com a lei do presidente Lula, também são autorizadas a operar o Pronaf. É um drama! Fazem "ping pong" com o coitado do assentado: "Ah, tem que ir lá, não sei aonde". É um exagero, não sei... Depois, quero dialogar com Vossa Excelência... Para concluir, talvez devêssemos ampliar o caráter dessa reunião e chamar a Agraer, a Secretaria Especial, o Governo do Estado para conversarmos e tirar um comportamento... Não podem os bancos continuarem enganando, maltratando o agricultor da Agricultura Familiar. Só porque é pobre? Quando é rico, entra, toma um café quente, tem ar-condicionado. Quando é pobre, se possível, atendem na porta. Não pode! Portanto, podemos fazer juntos. Vossa Excelência tem um enorme conhecimento e capacidade nessa questão da agricultura, do agro — entende-se a Agricultura Familiar [como parte disso] — e vamos fazer juntos, chamar o Governo do Estado para resolver, porque essa documentação que Vossa Excelência levanta é absolutamente necessária também para o financiamento. Obrigado e parabéns pelo pronunciamento.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Eu que agradeço, querido ex-governador, colega deputado, e incorporo ao meu pronunciamento a fala de Vossa Excelência. Deveríamos chamar também, no meu ponto de vista, a lagro, porque estão acontecendo coisas difíceis para o pequeno produtor que convive com a seca extrema. Quem tem recursos, quem tem grandes fazendas, ainda tem uma massa de pasto com sal mineral, com alta proteína. Ele consegue tolerar a seca, mas, o pequeno produtor, não. Em Panambi, que Vossa Excelência conhece, um produtor rural tinha gado, mas o pasto acabou e morreram sete cabeças. Segundo ele, a lagro foi lá e o autuou não pelas sete que

morreram, autuou-o pelo rebanho total! O que estava vivo não precisa, porque ele está comprando silos e colocando no pasto. O Ministério Público o chamou e fez um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC); a Polícia Florestal foi lá e multou também. O que ele fez? Pegou o gado dele e vendeu a preço de banana! Acabou com o gado e agora vão multá-lo sobre o quê? Porque ele tem um TAC com o promotor... Por que maus-tratos? Como maus-tratos se São Pedro não mandou chuva? Se ele não tem invernada? Ele deveria ter vendido antes que o gado morresse, mas aconteceu. Ele esperava que chovesse... Qual é o crime que ele cometeu? Quais são os maus-tratos que ele cometeu? Nenhum! O pasto acabou. Não tem dinheiro para comprar ração, tinha que ter vendido o gado antes que acontecesse... Fazer TAC com Ministério Público? Multa da lagro? Multa da Polícia Florestal? O que a Polícia Florestal tem a ver com o gado que morreu na fazenda por falta de pasto? Eu queria saber! O que pude fazer foi arrumar para ele um advogado e ele chamou uma pessoa de lá mesmo, vendeu o restante do gado e agora vai ter que pagar essas multas. Não sei qual é o motivo se um gado hoje... Em assentamentos, existem as cercas da reserva legal e o gado, às vezes, quebra uma cerca porque está com fome e entra na reserva. Ah, vem o pessoal do "meio ambiente", multa e tem que vender o gado para pagar, porque a única coisa que ele pode fazer é tirar o gado e arrumar a cerca. O que o gado fez com as árvores? Nada! Ele só comeu um capim da reserva e mais nada. Às vezes ocorre algum acidente, porque o gado, quando está com fome, quebra a cerca e entra. Recebo, constantemente, notícia de multa ambiental, porque o gado dos assentamentos quebrou a cerca e entrou na reserva. Então tem que multar as capivaras, as onças, as cotias e os javalis. Quem é o dono? Percebo que está ocorrendo uma dificuldade para trabalhar neste país, temos que lidar com a burocracia e com a falta de atenção com o pequeno produtor.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Permita-me?

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Claro!

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Estou ouvindo com muita atenção a sua fala. Terça-feira, não estive na sessão, porque eu passei nos assentamentos em Terenos, que foram devastados pelo fogo... Lotes de assentados, de parceiros, queimados na totalidade. Consegui marcar uma reunião com o governador às 11h para tratar da Itamarati, como mencionei agora há pouco. Lembrando que o governador foi muito atencioso no ano passado, quando aconteceu esse drama em Itaquiraí, nos assentamentos do Complexo Santo Antônio e, na ocasião, de lá mesmo, conversei com o governador e vou fazer agora, pessoalmente. O governador me atendeu, marcamos uma audiência pública e eu me pronunciei aqui na Assembleia. O presidente Gerson foi muito simpático com a ideia, saí daqui e pensei: vou tentar falar com o presidente Lula. Liguei e tive sorte de o presidente me atender. Resultado? Fizemos uma audiência com a presença do governador, com a presença dos representantes do presidente Lula, os ministros Wellington Dias, do Ministério do Desenvolvimento Social, e Paulo Teixeira, do Ministério do Desenvolvimento Agrário e da Agricultura Familiar. E conseguimos tirar uma cesta de alimento, como socorro, porque as pessoas precisam comer. O Governo do Estado entrou com o socorro de alimentação para o rebanho que estava morrendo de fome. As dívidas foram prorrogadas e amenizamos

o drama que aquelas famílias viviam. Depois de conversar com o governador, eu me permito convidar o senhor e todos aqueles que quiserem para, de novo, provocarmos uma reunião, porque é dramática... Se para os grandes [fazendeiros] a situação da seca é terrível, imaginem para os pequenos produtores. Portanto, sou parceiro e me solidarizo com o seu pronunciamento, que mostra como o senhor sempre demonstra enorme sensibilidade com as causas do nosso povo.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — O senhor conhece perfeitamente e acho que foi Vossa Excelência que indicou — ou foi o deputado Vander Loubet — o atual superintendente do Incra, o Paulinho. É uma pessoa competente, mas, com certeza, deve faltar gente... Para um assentado poder fazer um financiamento, precisa ter um documento, o Contrato de Concessão de Uso (CCU), e é uma novela para ele arrumar isso. Passa o tempo de ele pegar o dinheiro do banco e esse CCU não sai e ele não pode plantar, não pode fazer nada. Tinha que tirar através do contrato de assentado, tirar pela internet, não precisa de ele vir e demorar um ano para pegar um CCU. Esses dias, liguei para o Paulinho... Dificilmente você consegue fechar as cadeias dominiais, mas, se ela fecha ou não fecha, a propriedade é legítima, porque a pessoa tem a escritura advinda do título emitido pelo Estado. Se a cadeia não fechar, ele não consegue fazer a tal da ratificação; sem fazer a ratificação, ele não tem financiamento do banco. Graças a Deus, o Congresso compreendeu que essa lei estava equivocada. Ela foi elaborada de forma genérica, mas todos os títulos do Mato Grosso do Sul foram emitidos antes de 1964. Vossa Excelência sabe perfeitamente que, à época da Revolução de 1964, a faixa de fronteira abrangia apenas sessenta quilômetros. Assim, todos os títulos expedidos antes desse período estavam fora dessa área e, portanto, isentos de retificação. Somente em 1964 a faixa foi ampliada para cem quilômetros e, posteriormente, pela Lei nº 7.225, passou para cento e cinquenta quilômetros. O que ocorreu, na prática, foi que o Congresso determinou que todos que possuem terras dentro dos cento e cinquenta quilômetros precisariam ratificar seus títulos. Dessa forma, a faixa de fronteira passou a alcançar regiões como Ivinhema. Nesse contexto, cito a atuação da Agraer, por meio do senhor Washington, profissional exemplar, de carreira sólida, conhecedor do sistema e sempre atencioso com os pequenos produtores. Estive em minha propriedade, que possui dezessete títulos, e ele me auxiliou no processo: conferiu os documentos, plotou os títulos e comprovou que todos haviam sido requeridos antes de 1964, fornecendo-me a certidão correspondente. Com esse documento em mãos, procurei o cartório, mas não aceitaram registrar. Foi necessário recorrer ao Judiciário, e o juiz determinou o registro. No meu caso, consegui avançar porque compreendo o tema e disponho de recursos para custear advogado. Entretanto, o pequeno produtor não tem essa mesma condição. E aqui está a questão central: por que exigir a ratificação de pequenos títulos, de trinta ou quarenta hectares, situados na faixa de fronteira? Essas exigências não fazem sentido e apenas criam entraves para quem trabalha e produz. Quem mais sofre com essa burocracia são os pequenos agricultores, especialmente os assentados rurais. Por isso, precisamos fazer uma reunião, não apenas com o secretário, porque ele cumpre estritamente o que a lei determina, mas com o próprio governador, a fim de criar mecanismos legais que permitam aos assentados abrirem suas inscrições com base nos contratos que possuem, sem a necessidade de tantas exigências como o

georreferenciamento e o CAR. Na exatoria, o servidor responsável já insere os dados no sistema, gera a guia de pagamento e realiza o cadastro. Assim, o produtor poderia sair da informalidade e comercializar sua produção — seja bezerro, arroz, feijão ou milho — de forma regular e segura. Senhor presidente, era isso que eu gostaria de registrar hoje. Entendo que a burocracia em nosso país ultrapassou todos os limites e precisamos enfrentá-la com urgência.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Deputado Zé Teixeira, se me permitir, queria fazer um convite a Vossa Excelência. Segunda-feira, dia 22 de setembro, a partir das 9h, vamos ter um grande debate sobre todos esses assuntos, com a presença confirmada da ministra Simone Tebet, da ministra substituta da Agricultura Familiar e com a presença do presidente nacional do Incra. Queria muito... Queria, não, quero muito... Estou fazendo um convite para que Vossa Excelência esteja aqui, para podermos dialogar com o presidente do Incra e com a ministra da Agricultura Familiar a respeito dessas demandas, porque são absolutamente importantes. A partir das 9h, Vossa Excelência está convidado a participar.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Vou fazer o possível para estar presente, até porque Vossa Excelência me colocou na Comissão da Agricultura Familiar. Já participei com o senhor e já coloquei o conhecimento que eu tenho desde menino, porque comecei desde garoto trabalhando no agronegócio como empregado, fazendo de tudo. Depois é que fui comprar algumas propriedades e, hoje, tenho uma empresa rural e quem toca é meu filho, que é agrônomo. Hoje, trabalho para ajudar o povo, tentando resolver esses embaraços, que entendo como um entrave, para a nossa economia fluir melhor, tudo dentro da lei.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — A contribuição que Vossa Excelência tem dado para a comissão que eu presido, e da qual participa, é importantíssima. É importante dizer a esta Casa que qualquer diferença ideológica é de menos, quando podemos conciliar interesses. Em Dois Irmãos do Buriti, na vetusta Dois Irmãos do Buriti, nós dois representamos o agronegócio e Agricultura Familiar. Tudo bem que em Dois Irmãos Buriti o senhor tem quatro mil hectares eu tenho duzentas, mas, somos do agronegócio.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Mas nós dois somos grandes, não é? Nós dois somos grandes. Tenho prazer de trabalhar e estar explicando essas coisas aqui, porque só quem já passou por tudo isso sabe a dificuldade e o sofrimento do pequeno. Às vezes, sem internet, sem entender de informática, ele chega para você no escritório, no gabinete, e ele não sabe nem por onde ele começar a falar para resolver uma coisa, talvez, tão pequena. Isso é uma coisa que a gente tem que zelar, porque não tem diferença entre o pequeno e o grande, todos têm sua contribuição para o desenvolvimento do estado e do país. Era só isso. Muito obrigado.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Com a palavra, o deputado João Henrique. Transferida. Pela ordem, o deputado Zeca do PT.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Presidente, só para comunicar que vou me ausentar da Sessão, porque às 11h teremos uma reunião com o governador que vai atender com as lideranças importantes do assentamento da Fazenda Itamarati, com a superintendente do Incra e com a superintendente do MDA. Agradeço e até semana que vem. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Agradecemos a presença dos alunos do município de Aparecida do Taboado, que vieram por meio do projeto “Câmara vai às escolas”. Muito bonito esse projeto, parabéns aos coordenadores e professores. Sejam bem-vindos à Casa de Leis. Estão acompanhados pelos vereadores Heberson Custódio, Patrícia Maria dos Santos, Matheus Vicente da Costa, Jucleber da Silva Queiroz; e pelos professores Alisson Henrique Melo da Silva, Luiz Gustavo Rodrigues de Souza Cunha, Diego dos Santos Galdino, Fernanda Maria Rosito, Gisele Teixeira Martins, Isadora Cecília da Silva, Fabrícia da Silva Pereira e Patrícia Pimentel de Matos. Sejam bem-vindos à Casa de Leis. Passo a palavra ao nosso segundo-secretário para recomposição do quórum.

SEGUNDO SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são vinte e um senhores deputados e deputadas presentes, portanto, há quórum para deliberação das matérias pautadas para esta Sessão.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Havendo quórum para deliberações, passemos à **ORDEM DO DIA**. Mais uma vez — o deputado exercendo a presidência já falou —, quero também agradecer, em nome de todos os deputados, a presença dos alunos da nossa querida Aparecida do Taboado, que vieram por meio dos vereadores Heber, Patrícia, Matheus e Jucleber. Obrigado pela presença nesta Casa de Leis, a Casa da Democracia do povo sul-mato-grossense. O deputado Coronel Davi é taboadense. Item 1. Em segunda discussão e votação nominal. Projeto de Lei Complementar nº 005/2025. Autor: Poder Executivo. "Altera a redação e acrescenta dispositivos à Lei Complementar nº 93, de 5 de novembro de 2001, que institui o Programa Estadual de Fomento à Industrialização, ao Trabalho, ao Emprego e à Renda (MS-Empreendedor)". A Comissão de Serviço Público, Obras, Transporte, Infraestrutura e Administração emitiu parecer favorável por unanimidade, tendo como relator o deputado Roberto Hashioka. A Comissão de Finanças e Orçamento emitiu parecer favorável por unanimidade, tendo como relator o deputado Pedrossian Neto. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Declaração de voto, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Para declarar o voto, a deputada Gleice Jane.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Presidente, acho que esse projeto precisaria de um debate melhor na Assembleia Legislativa, pois o Governo apresentou-

o muito a toque de caixa. Vou votar favoravelmente, hoje, porque entendo que ele colabora com o estado. No entanto, quero deixar registrado que, nas próximas vezes que chegar [projeto] para fazermos acordo de líderes, eu só vou assinar o acordo de líderes se tiver, antes, uma explicação do Governo, para que possamos ter um debate mais sério. Esse era um projeto que mereceria um debate melhor e não tivemos a presença do Governo para explicar. A própria base do Governo também não fez esse debate, explicando para gente o que é esse projeto. Então, voto sim, no entanto, já deixo registrado que os próximos acordos de líderes não serão assinados sem antes ter uma explicação. Obrigada.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Registrado, deputada. Ainda em votação.

Projeto de Lei nº 00005/2025, de autoria do Poder Executivo.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Não.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (sem partido) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrada a votação.
Consulta o senhor segundo-secretário sobre o resultado da votação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são dezoito votos favoráveis e um voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado o projeto. Vai ao Expediente. Item 2. Em segunda discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 237/2025. Autor: Poder Executivo. "Dispõe sobre o desconto para o pagamento, em parcela única, do crédito tributário relativo ao imposto de que trata o art. 121 da Lei nº 1.810, de 22 de dezembro de 1997 (ITCD), nas doações de quaisquer bens e direito, no período e nos termos que menciona". A Comissão de Serviço Público, Obras, Transporte, Infraestrutura e Administração emitiu parecer favorável por unanimidade, tendo como relator o deputado Roberto Hashioka. A Comissão de Finanças e Orçamento emitiu parecer favorável por unanimidade, tendo como relator o deputado Pedrossian Neto. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 00237/2052, de autoria do Poder Executivo.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (sem partido) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Consulto o senhor segundo-secretário sobre o resultado da votação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são vinte votos favoráveis e nenhum contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado o projeto. Vai ao Expediente. Item 3. Em segunda discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 253/2024. Autor: deputado Neno Razuk. "Acrescenta dispositivos à Lei Estadual nº 5.842, de 24 de março de 2022, que estabelece diretrizes para o atendimento multiprofissional para pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA), no âmbito do Estado de Mato Grosso do Sul". A Comissão de Saúde emitiu parecer favorável, por unanimidade, ao projeto e à Emenda Substitutiva Integral nº 01, tendo como relator o deputado Antonio Vaz. A Comissão de Serviço Público, Obras, Transporte, Infraestrutura e Administração emitiu parecer favorável, por unanimidade, ao projeto e à Emenda Substitutiva Integral nº 01, tendo como relatora a deputada Gleice Jane. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 253/2024, de autoria do deputado Neno Razuk.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (sem partido) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrada a votação.
Consulta o senhor segundo-secretário sobre o resultado da votação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são vinte votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Parabéns, deputado Neno Razuk, que sempre tem uma luta na questão do Transtorno do Espectro Autista. Já comunico que estamos providenciando uma palestra para o dia 29 de outubro, com uma pessoa importante em nível nacional para tratar desse tema. Vai à redação final, porque teve emenda. Item 4. Projeto de Resolução nº 031/2025. Autor: Roberto Hashioka. Não está presente. Está no plenário virtual? Retirado de pauta. Item 5. Em discussão única. Projeto de Decreto Legislativo nº 006/2025. Autora: Mesa Diretora. "Ratifica os Convênios ICMS, Protocolos ICMS e Ajustes Snief celebrados no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), nos termos da Mensagem n. 17/2025, do Governo do Estado, de 19 de maio de 2025". A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável por unanimidade, tendo como relator o deputado Caravina. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Decreto Legislativo nº 006/2025, de autoria da Mesa Diretora.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Não.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (sem partido) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrada a votação.
Consulto o senhor segundo-secretário sobre o resultado da votação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são dezoito votos favoráveis e um voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai ao Expediente.
Item 6. Em discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 198/2025. Autor: Poder Judiciário. "Dispõe sobre a reorganização das serventias notariais e de registros na sede da comarca de Cassilândia". A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável por unanimidade, tendo como relator o deputado Neno Razuk. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Senhor presidente, apenas para esclarecer, porque eu também tenho dúvida. Esse projeto, na verdade, faz uma reorganização, tirando a parte do tabelionato do Cartório de Registro de Imóveis e oportunizando, ao Cartório de Registro Civil, que o tabelionato seja feito por ele. Obviamente, para melhorar a distribuição dos serviços notariais no município de Cassilândia.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Ainda em votação.

Projeto de Lei nº 198/2025, de autoria do Poder Judiciário.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (sem partido) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Solicito o resultado da votação ao segundo-secretário.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são dezenove favoráveis e nenhum contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado o projeto. Vai à segunda discussão. Item 7. Em discussão única e votação simbólica. Três requerimentos, vinte e quatro indicações e uma moção de congratulação. Em discussão. Encerrada discussão. Em votação. Os deputados que os aprovam permaneçam como se encontram. Aprovados. Vão ao Expediente. Gostaria de registrar que no dia 29 de outubro acontecerá a nossa Sessão Solene de Entrega de Título de Cidadão e Comenda do Mérito Legislativo. Temos prazo para as votações, quem tiver suas apresentações, que as apresentem o mais breve possível, para termos tempo de votar. Item 8. Moções de pesar. Não há moções de

pesar... Encerrada a Ordem do Dia. Passemos às **EXPLICAÇÕES PESSOAIS**. Com a palavra, o deputado Paulo Duarte. Transferida. Com a palavra, o deputado Lidio Lopes. Transferida. Com a palavra, a deputada Gleice Jane. Transferida. Com a palavra, o deputado Zé Teixeira. Transferida. Já falou hoje, muito bem por sinal. Com a palavra, o deputado Pedro Kemp. Transferida. Senhores deputados, peço atenção nas comissões de mérito.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Senhor presidente, apenas pela ordem.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Junior Mochi.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Apenas para cumprimentar e parabenizar a Câmara Municipal de Aparecida do Taboado, pela belíssima iniciativa do projeto "Câmara vai às escolas", trazendo os alunos para conhecer o Poder Legislativo estadual. Parabéns ao presidente Ber Galter, a todos os vereadores, às escolas participantes e aos alunos que estão presentes, participando da nossa Sessão.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Não havendo mais oradores inscritos e nada mais havendo a tratar — pedindo aos deputados atenção nas comissões de méritos hoje à tarde, nos projetos para semana que vem — vou declarar encerrada a presente Sessão. Mais uma vez, nossos agradecimentos a toda a nossa querida terra "dos sessenta dias apaixonados". Abraços e obrigado, Aparecida do Taboado. Está encerrada a presente Sessão (10h53min).